



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MACAPÁ/AP, 2013



**Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

MACAPÁ, 28 DE MARÇO DE 2013

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ADI	Avaliação de Desempenho Individual
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APH	Atendimento Pré-Hospitalar
CGO	Coordenação Geral de Operações
CGPLAM	Coordenação Geral de Planejamento e Modernização
CGU	Controlaria-Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
COEN	Coordenação Geral de Ensino
CRLV	Certificado de Registro e Licenciamento Veicular
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DG	Direção Geral
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
LOA	Lei Orçamentária Anual
MJ	Ministério da Justiça
MPO	Manual de Procedimentos Operacionais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NUAD	Núcleo de Execução Administrativa
OS	Ordem de Serviço
PF	Pessoas Fiscalizadas
PI	Plano Interno
PNSP	Programa Nacional de Segurança Pública
PPA	Plano Plurianual
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a Pagar
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAP	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER	Sistema de Informações Gerenciais
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UCC	Unidade Centralizadora de Compras
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

I	Identificação da UJ
II	Estrutura Organizacional
III	Avaliação do sistema de controle interno
IV	Programa de Governo Constante no PPA - Temático
V	Programa de Governo Constante no PPA - Temático
VI	Programa de Governo Constante no PPA - Temático
VII	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
VIII	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
IX	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
X	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
XI	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
XII	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
XIII	Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ
XIV	Programa de governo constante do PPA de gestão e manutenção
XV	Ações vinculadas a programa de gestão e serviços de responsabilidade da UJ
XVI	Ações vinculadas a programa de gestão e serviços de responsabilidade da UJ
XVII	Movimentação orçamentária por grupo de despesa
XVIII	Despesas por modalidade de contratação – créditos por movimentação
XIX	Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos por movimentação
XX	Reconhecimento de passivo por insuficiência de crédito ou recurso
XXI	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores
XXII	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos anos
XXIII	Demonstração de força de trabalho da UJ
XXIV	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ
XXV	Quantificação dos cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
XXVI	Qualificação do Quadro de pessoal da UJ por faixa etária
XXVII	Qualificação do Quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade
XXVIII	Demonstrativo de custos de pessoal
XXIX	Composição do Quadro de servidores inativos
XXX	Instituidores de pensão
XXXI	Contrato de prestação de serviços de limpeza e vigilância
XXXII	Contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra
XXXIII	Composição do quadro de estagiários
XXXIV	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
XXXV	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
XXXVI	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
XXXVII	Consumo de papel, energia elétrica e água
XXXVIII	Cumprimento das deliberações do TCU

SUMÁRIO

1- Identificação e Atributos.....	06
1.1- Identificação do Relatório de Gestão Individual.....	06
1.2- Finalidades e Competências Institucionais.....	07
1.3- Organograma Funcional	09
1.4- Macroprocessos Finalísticos.....	10
1.5- Macroprocessos de Apoio.....	14
1.6- Principais Parceiros.....	15
2- Apresentação.....	16
3- Planejamento Estratégico, Plano de Metas e Ações.....	17
3.1- Planejamento das Ações da UJ.....	17
3.2- Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	22
3.3- Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	22
3.4- Indicadores.....	24
4- Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	25
4.1- Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno.....	25
4.2- Sistema de Correição.....	27
4.3- Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1043/07/CGU.....	28
5- Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira.....	29
5.1- Informações sobre Programas do PPA de responsabilidade da UJ.....	29
5.1.1- Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	29
5.1.2- Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	32
5.1.3- Informações sobre Programa de Gestão, Manutenção e Serviço	35
5.1.4- Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviço.....	35
5.2- Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	36
5.2.1- Movimentação Interna de Créditos.....	36
5.2.2- Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	37
5.2.3- Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos por Movimentação.....	37
6- Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira.....	38
6.1- Reconhecimento de Passivos.....	38
6.2- Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar	38
6.3- Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebradas e Valores Repassados de exercícios anteriores.....	38
7- Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos.....	40
7.1- Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	40
7.1.2- Qualificação da Força de Trabalho da UJ.....	41
7.1.3- Demonstrativo dos Custos de Pessoal da UJ.....	41
7.1.4- Composição do Quadro de Inativos e Pensionistas.....	42
7.2- Terceirização de Mão de Obra e Contratação de Estagiários.....	42
7.2.1- Informações Sobre Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	42
7.2.2- Informação sobre locação de Mão de Obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do Órgão.....	43
7.2.3- Composição do Quadro de Estagiários.....	43
8- Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário.....	45
8.1- Gestão da Frota de Veículos Próprios.....	45
8.2- Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	46
9- Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	46
10- Conformidade e Tratamento das Disposições Legais e Normativas.....	48
11- Resultados e Conclusões.....	49
12- Anexo I – Declaração SIASG/SICONV.....	50
13 – Anexo II – Informações Contábeis.....	51

1. Identificação e Atributos

1.1- Identificação e do Relatório de Gestão Individual

Quadro I – A.1.1 – Identificação da UJ - 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Departamento de Polícia Rodoviária Federal			Código SIOrg:000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação abreviada: 4º DRPRF			
Código SIOrg: 29304	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 200233	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Segurança Pública			Código CNAE: 7524-8/00
Telefones/Fax de contato:	(096) 3225-9000	(096) 3225-9001	(096) 3251-8114
Endereço eletrônico: sup.ap@dprf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: BR 210, nº 201- São Lázaro. Macapá/AP. CEP 68909-130.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal, artigo 144; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, artigo 20 ; Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1996.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061/2007, Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 150, de 06 de agosto de 2007 e Portaria nº 122/97/DPRF/MJ.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual de Procedimentos Operacionais do DPRF			

1.2- Finalidades e Competências Institucionais

A Polícia Rodoviária Federal possui diversas atribuições legais previstas na Constituição Federal (art. 144) como uma das instituições que compõem os Órgãos de Segurança Pública do país, na Lei 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e, mais especificamente, no Decreto nº 1655/95, quais sejam:

- Realizar patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a Segurança Pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do Patrimônio da União e de terceiros;
- Exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- Aplicar e arrecadas as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes de prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- Realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- Credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas ao serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- Assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao Órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
- Executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;
- Efetuar a fiscalização e o controle do trânsito e tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e
- Colaborar e atuar na prevenção e repressão dos crimes contra a vida, costumes, patrimônio, ecologia, meio ambiente, tráfico de entorpecentes e drogas afins, contrabando, descaminho e demais crimes previstos em lei.

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente, identificado do Governo Federal com a população.

No Amapá, o único elo de integração interna são as rodovias federais que interligam todos os municípios do Estado. No sentido norte-sul, a BR 156 saindo do Laranjal do Jari passa pelos municípios de Macapá, Porto Grande, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Calçoene e Oiapoque com término na Ponte transfronteiriça sobre o rio Oiapoque, além de possir diversos acessos de ligação direta aos municípios de Vitória do Jari, Mazagão, Santana, Pracuúba e Itaubal.

No sentido leste-oeste, a BR 210, saindo da cidade de Macapá, segue sobreposta a BR 156, do km 20 ao 100, passando por Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, com término na aldeia indígena Waiãpi, no município de Laranjal do Jari, com projeção de continuidade em direção a fronteira paraense.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, interferindo na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis às vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros itens que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos na vida social e familiar do cidadão.

A violência e os acidentes de trânsito, exigem uma ação efetiva para a redução das vítimas de acidentes, influenciando direto na redução dos gastos da previdência social, do sistema de saúde com inválidos e atendimento aos acidentados em milhares de reais.

Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar assistência e orientação adequadas de forma a aperfeiçoado a prestação desses serviços com o suporte da Polícia Rodoviária Federal.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, dos veículos em circulação, dos condutores e pedestres em trânsito, das mercadorias em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais. Atualmente a situação da violência e da criminalidade urbana e rural vem eivando também as rodovias federais de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros.

Se por um lado existem programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos, principalmente, humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa.

Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros. Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal

de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc.

No Amapá, a fragilidade de efetivo policiamento na totalidade da extensão das rodovias federais, principalmente às proximidades de Oiapoque, Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari, tem estimulado os assaltos a cargas e passageiros nos trechos não pavimentados, que tende a crescer, podendo aumentar os valores do frete e do transporte de passageiros que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Fatores identificados na situação social do país, campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal e, ainda incipientes no Amapá, são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos por reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros até reivindicações por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, reforça a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública – é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

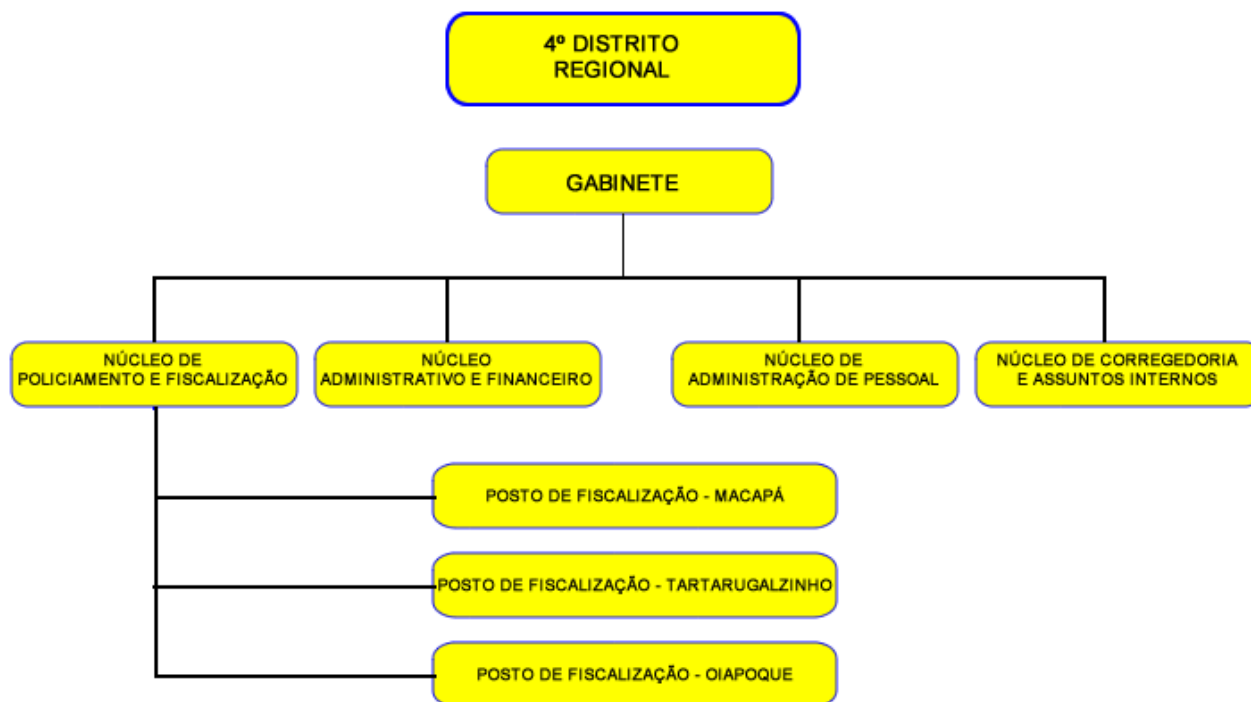
As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

1.3 – Organograma Funcional

O 4º Distrito Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (4º DRPRF/AP), unidade desconcentrada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com circunscrição em todo o Estado do Amapá, tem em sua estrutura uma unidade administrativa, 02 (dois) postos de fiscalização e 01 (uma) unidade de apoio operacional, distribuídos em pontos estratégicos do Estado, dispostos da seguinte forma:

Sede administrativa do Distrito, localizada em Macapá-AP, tem sua organização estrutural assim distribuída:

Quadro II – Estrutura Organizacional



O Gabinete da Chefia do Distrito concentra as atividades de gestão, acompanhamento e processo decisório, dentre outros. Dois servidores policiais, sendo um o Chefe Regional e outro de apoio estão lotados no gabinete.

Apesar de não constarem na estrutura administrativa do Distrito, existem atividades que são fundamentais ao bom funcionamento institucional, e, por esse motivo, na prática elas são desenvolvidas por servidores designados através de Portaria, quais sejam: Comunicação Social; Apoio Técnico Administrativo e Serviço de Inteligência, todos vinculados ao gabinete.

Sob Coordenação do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, responsável pela realização da atividade finalística da Instituição, funcionam os seguintes postos: Posto de fiscalização 01, localizado no Km 08 da BR 210; Unidade de apoio operacional 02, localizado no Km 445 da BR 156; e Posto de fiscalização 03, localizado no Km 792 da BR 156.

O Núcleo Administrativo e Financeiro é responsável pela manutenção estrutural e logística da Unidade.

O Núcleo de Administração de Pessoal faz a gestão de cadastro, capacitação e ações de saúde dos servidores.

O Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos trabalha na instrução de processos disciplinares e atividades preventivas.

1.4- Macroprocessos Finalísticos

O quadro abaixo apresenta os dez principais macroprocessos finalísticos da Instituição. Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático Segurança Pública com Cidadania (2070).

Naturalmente, dada a transversalidade dos Programas Temáticos, esses macroprocessos, por vezes, dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático só registraremos os OGs do Programa Temático 2070. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

No item 2, deste relatório, será tratado amiúde a estratégia de atuação. Portanto as informações no campo do quadro a seguir a sucinta e apenas traz linhas gerais.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
Macroprocesso 1	ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Cliente	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
Necessidades Do cliente	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversa, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
Produtos/ Serviços	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
Resultados	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.
OG	0833
<p>As defesas das autuações foram e são apresentadas em qualquer Unidade da PRF. Em Sede de defesa da autuação a análise foi efetuada pelas Comissões de Defesa da Autuação (CADA). Em caso de Recurso por penalidade já imposta, a análise foi efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI).</p> <p>Os demais serviços foram prestados diuturnamente pelas equipes escaladas nos Postos de Fiscalização e em patrulhamento da rodovia. Os BATs foram registrados em Sistema Informatizado (BR Brasil), ficando o interessado de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilitou a retirar a partir de 72 horas cópia do BAT em qualquer lugar que tenha acesso a INTERNET. Essas cópias também puderam ser retiradas em qualquer Unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os Comandos de Saúde realizados nas rodovias.</p>	
Macroprocesso 2	CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO.
Cliente	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
Produtos/ Serviços	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
Resultados	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.
OG	0833
<p>Além das informações diárias sobre qualquer alteração nas condições de trafegabilidade das rodovias, fato imediatamente comunicado ao órgão rodoviário da União, anualmente é realizado levantamento minucioso das condições dessas vias, cujo relatório é oferecido ao DNIT, de modo a permitir a atualização do sítio daquele órgão na INTERNET. Esse levantamento organizado se faz com o emprego dos Núcleos de Inteligência. As invasões da faixa de domínio foram imediatamente notificadas, procedendo-se ao embargo da obra.</p>	
Macroprocesso 3	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA
Cliente	Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia.
Necessidades Do cliente	Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares.
Produtos/ Serviços	Autorização para serviços de escolta e similares.
Resultados	Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais.
OG	0833
<p>Foi designada uma Comissão Regional de Credenciamento de Escolta, a qual restou incumbida os serviços de recebimento de requerimentos, instrução processual, encaminhamento para a Coordenação-Geral de Operações para emissão da Credencial de Escolta, vistorias, habilitação dos motoristas de escolta e a fiscalização desses serviços.</p>	

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
Macroprocesso 4	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários, população lindeira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.
Necessidades Do cliente	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática a direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
Resultados	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
OG	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Educação para o Trânsito, a qual recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas, comandos educativos. Quanto a informação de caráter geral, foi amplamente utilizado o apoio da mídia (jornais, rádio e TV). Todas as Operações vinculadas à segurança do trânsito foram divulgadas e nesse momento era discorrido sobre o comportamento esperado de cada condutor.	
Macroprocesso 5	INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS.
Cliente	Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa.
Necessidades Do cliente	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informacionais para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
Produtos/ Serviços	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.
Resultados	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
OG	0825, 0830, 0832, 0833
Cada Equipe de serviço no trecho figurou com fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, entre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência recebeu, tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse da Instituição e do Sistema de Segurança por si realizados, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu conhecimentos de outros órgãos integrantes do SISBIN. As informações sem necessidade de sigilo, a exemplo de possível interdição de rodovia, são divulgadas a fim de diminuir a surpresa aos usuários da via.	
Macroprocesso 6	FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários das rodovias federais, população lindeira, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
Produtos/ Serviços	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
Resultados	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
OG	0833
A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção de ocorrência de acidentes. Para tanto foi estabelecido metas de fiscalização, cartão programa com o planejamento do patrulhamento diário, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados e finais de semana prolongados).	
Macroprocesso 7	ESCOLTA E BATEDOR.
Cliente	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
Necessidades Do cliente	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.
Produtos/ Serviços	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;
Resultados	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
	que exijam a presença da PRF.
OG	0833
A PRF integrou todos os trabalhos de segurança de dignitários em visita à sua circunscrição.	
Macroprocesso 8	OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME
Cliente	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
Necessidades Do cliente	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
Produtos/ Serviços	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários, bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
Resultados	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana.
OG	0825; 0832; 0833
Foram realizadas diversas Operações com o foco no enfrentamento ao tráfico de drogas e armas na região de fronteira (Operação Sentinela). Esse enfrentamento também permeia a atividade das equipes com atividade diárias nas escalas de serviço, pois o produto do ilícito se movimenta e o criminoso se locomove. Portanto, não raro, na atividade rotineira de fiscalização foram retirados criminosos de circulação, bem como efetuada apreensão de drogas, veículos furtados/roubados, entre outros.	
Macroprocesso 9	FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS.
Cliente	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia.
Necessidades Do cliente	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
Resultados	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
OG	0825; 0833.
A fiscalização do transporte integrou a ações diárias de trabalho, mas teve atenção especial com a realização de operações específicas de fiscalização do transporte de produtos perigosos, em face do risco que sinistro envolvendo os veículos que transportam tais substâncias traz ao meio ambiente.	
Macroprocesso 10	COMANDO E CONTROLE.
Cliente	Usuários da rodovia, população lindeira, sociedade em geral
Necessidades Do cliente	Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
Produtos/ Serviços	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
Resultados	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio presença e intervenção do policiamento nos pontos previamente definido.
OG	0825; 0833.
As ações de comando e controle foram realizadas pela Seção de Policiamento por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais, a qual atendeu os chamados de emergência, acionando as equipes em campo para o atendimento.	

Esses dez macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF: atendimento ao usuário da via; fiscalização de trânsito; educação para o trânsito e enfrentamento à criminalidade. Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento

ostensivo.

O policiamento ostensivo está equilibrado em quatro vertentes, são elas: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta-intervenção e o monitoramento e controle viário. Todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir trabalham para que essa tarefa seja desempenhada a contento.

1.5 Macroprocessos de apoio

O quadro abaixo apresenta os quatro principais macroprocessos de apoio da Instituição. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
Macroprocesso 1	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL.
Cliente	Servidores policiais e do quadro de apoio
Necessidades Do cliente	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
Produtos/ Serviços	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
Resultados	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade
OG	0825, 0830, 0833.
Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem com a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. O Projeto Patrulha da Saúde buscou verificar a condição de saúde dos servidores e os estimular a prática saudáveis de alimentação e atividade física. A capacitação restou prejudicada pela falta de servidor para gerenciar a atividades.	
Macroprocesso 2	APOIO LOGÍSTICO.
Cliente	Principalmente a Atividade Finalística.
Necessidades Do cliente	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
Produtos/ Serviços	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.
Resultados	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
OG	0825, 0830, 0833.
Foi celebrado contrato de manutenção para toda a frota da Regional. O abastecimento foi feito por meio do contrato nacional com a TICKET CAR, ficando um servidor da Regional responsável pelo controle desse abastecimento. Os equipamentos que necessitam de manutenção, calibração e aferição, em especial radares e etilômetros, foram alvos de contratos específicos de acordo com a demanda apresentada. Esteve vigente durante todo o ano contrato de limpeza e conservação das instalações físicas. Foram realizadas reuniões de trabalho a fim de aprimorar a fiscalização desses contratos.	
Macroprocesso 3	INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TIC.
Cliente	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.
Necessidades Do cliente	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.
Produtos/ Serviços	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
Resultados	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.
OG	0825, 0830, 0833.
Foi contratado serviço de manutenção de torres, a fim de viabilizar a comunicação via rádio . O serviço de telecomunicação é bastante precário e passará no exercício de 2013 por pequenas manutenções, pois o Projeto LANDEL terá sua implantação iniciada no exercício 2013. Esse projeto implantará o rádio digital em toda a circunscrição da Regional. O serviço de TI passa por atualização na Sede Central, ficando a Regional responsável pela administração da rede em seu âmbito.	
Macroprocesso 4	CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.
Cliente	Esse macroprocesso está no limiar ente o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
	é o cidadão-usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em um Instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
Necessidades Do cliente	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
Produtos/ Serviços	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
Resultados	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.
OG	0825, 0830, 0833.
Há imediata apuração em face a eventual desvio de conduta, naturalmente, sem descuidar dos direitos e garantias constitucionais, fato que afasta qualquer eventual sentimento de impunidade. Mas também foi dada extrema importância para o trabalho preventivo com realização de reuniões, debates, orientações prévias, entre outras.	

1.6 – Principais Parceiros

No exercício de 2012 foram fortalecidas parcerias com a Polícia Civil do Estado, através da Delegacia de Acidentes de Trânsito, Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do Estado, e Guarda Municipal de Macapá. Tais Instituições foram de grande importância para a realização da Operação Rodovida, Operação Integrada voltada para a diminuição da violência no trânsito, focada na intensificação da fiscalização de embriaguez ao volante e condução de motocicletas.

A realização da Operação Rodovida aumenta a disponibilidade dos Órgãos de Segurança Pública nas vias, principalmente em horários da madrugada nos finais de semana, período de ocorrência de muitos acidentes graves decorrentes principalmente da ingestão de bebida alcoólica..

Outras parcerias fundamentais nas ações de prevenção de acidentes foram realizadas com o SEST/SENAT e Centro de Referência em Tratamento Natural - CRTN, para a execução de Comandos de Saúde voltados para a verificação da saúde dos condutores profissionais que trafegam nas rodovias.

Os resultados obtidos serão tratados no tópico relativo ao atingimento das metas operacionais.

2- Apresentação

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013). que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2012.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos programas de governo destinados ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da PRF no Estado do Amapá.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos descentralizados pela Unidade Central e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O presente relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo 4º Distrito de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2012 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de ações de segurança pública a serem implementadas nos próximos anos.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o planejamento previsto para o ano 2012, o orçamento recebido na Unidade durante o exercício e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração (Multas, BR Brasil, Corregedoria, Siafi), o que possibilita uma perspectiva macro de acompanhamento, de sorte que a abordagem está centrada na gestão de programas e suas respectivas ações.

Itens não Aplicáveis ou que não Ocorreram:

Parte “A” do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012: 3.1 Estrutura de Governança; 3.3 Remuneração Paga a Administradores; 5.3 Informação sobre transferência mediante convênio, contrato de repasse e/ou outros instrumentos congêneres; 5.4 Informações sobre a utilização de suprimento de fundos; 5.5 Informações sobre renúncia tributária; 5.6 Informações sobre Gestão de Precatórios; 8 Gestão da tecnologia da informação; 10.2 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna; 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei nº 4.320/1964 e Pela NBC T 16.6 Aprovada Pela Resolução CFC Nº 1.133/2008; 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas Pela Lei nº 6.404/1976; 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais e 11.6 Parecer da Auditoria Independente.

Parte “B” do Anexo II da DN TCU N.º 119, de 18/01/2012: Todos os Itens.

Com o presente documento, o 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

3- Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

3.1- Planejamento das ações da unidade jurisdicionada

O elemento norteador das ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas é o planejamento estratégico, o qual ainda está em processo de finalização, mas seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa.



O Mapa Estratégico da PRF dialoga perfeitamente com os programas de governo. Todas as ações da PRF estão voltadas para o cumprimento do plano estratégico de governo definidos no Plano Plurianual - PPA, desta feita, o PPA 2012-2015. Portanto, o Planejamento Estratégico da PRF, que tem uma cobertura temporal maior que o PPA, a este se submete quando do estabelecimento de Indicadores e Metas a serem cumpridas pela Instituição.

A PRF contribui, principalmente, para o cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, Programa este vinculado ao Ministério da Justiça. O quadro abaixo demonstra os Objetivos de Governo aos quais as ações da PRF se vinculam expressamente. Como o Programa é Temático e transversal a muitos outros órgãos, nem todas as metas são afetas exclusivamente à PRF.

OBJETIVOS DE GOVERNO	METAS PRF PPA 2012-2015 – PROGRAM 2070
0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de	Ampliar de 10,4 milhões para 24 milhões os procedimentos de fiscalização de pessoas; Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira; Implantar 350 unidades de PNRs nas fronteiras; Implantar 21 UNEFRONs da PRF.; Implantar 66 pontos de monitoramento OCR –

ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.	Sistema Alerta Brasil; Implantar Sistema de tratamento de dados de Inteligência Policial do DPRF nas fronteiras; Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras.
0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.	Implantar 166 pontos de monitoramento – OCR – Sistema Alerta Brasil; Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da PRF, identificando perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores; Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União; Realizar ações de capacitação dos servidores da PRF, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 h/a de capacitação anual; Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento – PRF.
0832 - Implantar o Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos., dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.	Instalar doze Centros de Comando e Controle Locais nos Estádios – Cidades Sedes CM 2014; Dose CCCI regionais nos Estados sede da CM 2014; Quinze CCCI em outros Estados; Um CCC Nacional; Cinquenta e um CCC Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções; Capacitar 5 mil PRFs em ações específicas voltadas para grandes eventos.
0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.	Alcançar com ações de Ed Trans 1 milhão de pessoas até 2015; Ampliar a parceria com o MS – SAMU Rodoviário; Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais; Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia; Implantar o Centro de Segurança Viária; Implantar CCCs em todas as SRs (monitorar, despachar, controlar as ações operacionais); Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.

Como restou demonstrado anteriormente, o Planejamento Estratégico da PRF está totalmente vinculado às suas competências institucionais, bem como ao Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Todos os macroprocessos da Instituição apresentados nos quadros constantes dos itens 1.3 e 1.4 estão totalmente vinculados aos Objetivos de Governo do PPA.

A única área que tem desdobrado suas metas até as Unidades Desconcentradas foi a área operacional – Coordenação-Geral de Operações. Este desdobramento foi efetuado por meio da Instrução de Serviço nº 004, de 14/12/2011. Nela restaram definidos os Indicadores e metas para esta UJ. O quadro seguinte demonstra essas metas e o seu percentual de alcance.

INDICADOR	Taxa de Variação de Acidentes*	Taxa de Mortalidade*	Procedimentos de Fiscalização		
			Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Teste com Etilômetro
PREVISTO	2,232	0,189	13394	13394	1929
ALCANÇADO	3,07	0,148	26053	33206	7115
VARIAÇÃO EM %	67%	143%	194,5%	247,9%	368,8%

*Acidentes e Mortos por 1.000.000 de veículos da Frota Nacional(fonte da frota – DENATRAN).

Fonte dos dados: SIGER/DPRF e Movimento Diário/4ºDRPRF/AP.

Às Unidades Desconcentradas, caso deste Distrito Regional, cabe a elaboração do planejamento em nível operacional, observando as diretrizes para o planejamento em nível operacional definido pelas áreas da Direção-Geral.

Apesar de o Programa Temático a que a PRF está vinculada no PPA 2012-215 não trazer mais os Indicadores de Resultado, ou seja, as taxas de mortalidade e de variação de acidentes (estas existiam no Programa 0663 do PPA 2008-2011), o Órgão Central, por meio da Coordenação-Geral de Operações resolveu contemplá-las no exercício 2012.

Os Indicadores vinculados a ocorrência de acidentes de trânsito, seja a Taxa de Mortalidade Específica ou o Índice de vítimas de acidentes, figuram neste PPA no Programa Temático 2048 – Mobilidade urbana e trânsito, tendo como órgão responsável o Ministério das Cidades.

No exercício 2012 estava em curso mudança de metodologia de aferição de desempenho a luz no novo PPA, o que pode ter prejudicado a correta distribuição das metas para as Unidades Regionais. Vale lembrar, também, que a variável da frota é nacional, mas em algumas regiões o crescimento se revela maior que em outras.

A fim de aumentar a sintonia fina da avaliação dos resultados da atividade finalística, será apresentado quadro com os resultados de 2012 comparados com 2011:

Ocorrências	2011	2012	Variação
Total de Acidentes	232	234	1%
Feridos	308	250	-18,8%
Mortos	19	11	-42,1%

Através da Instrução de Serviço nº 01/2012, foi estabelecido o Planejamento Operacional no âmbito do 4º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal para o Exercício 2012, atendendo aos pressupostos operacionais do DPRF.

Os objetivos do Planejamento visam implementar reforço de policiamento e fiscalização de trânsito, visando a manutenção da fluidez do tráfego, a prevenção de acidentes e a promoção da segurança viária ao longo das rodovias federais BR 156/210, nos trechos que compõem as áreas: Sul (Laranjal do Jari, Mazagão e Santana), Norte (Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Calçoene e Oiapoque) e Oeste (Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio).

Utilizar o efetivo local e os meios tecnológicos disponíveis a fim de aumentar a sensação/percepção de segurança mediante as ações seguintes:

- a) Fiscalização de trânsito com foco no combate a alcoolemia, ao excesso de velocidade e ultrapassagens indevidas, ao condutor inabilitado, a falta do uso do cinto de segurança, dentre outros, com repressão a essas condutas, visando preventivamente a redução de acidentes e mortes nas rodovias federais no Amapá.
- b) Combate à criminalidade com atuações preventivas e repressivas visando, sobretudo coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes, o tráfico de pessoas, o porte ilegal de armas e/ou munições, o tráfico de drogas e/ou armas, crimes ambientais, transporte clandestino de dinheiro e/ou metais preciosos, assaltos a veículos de transporte coletivo de passageiros e de cargas, dentre outros.
- c) Atendimento às ocorrências relativas aos acidentes rodoviários de trânsito que venham a acontecer naquele trecho, realizando todos os procedimentos necessários à confecção do Boletim de

Acidente de Trânsito (BAT).

d) Realizar fiscalizações relativas ao RNTRC, nos termos do Convênio nº 002/2011, firmando entre o DPRF e a ANTT, com base nas novas Resoluções da ANTT.

Ações Relativas ao Trânsito

As atividades de fiscalização de trânsito, devem envolver comandos especificados a serem implementados nos Postos Fixos, rondas, áreas críticas das rodovias, sendo os mesmos, inseridos no Cartão Programa de Policiamento Ostensivo, visando proporcionar a redução e acidentes e uma maior presença da PRF junto a sociedade.

Comandos Educativos: 01 (um) comando mensal no Posto 01 – Macapá.

Durante as operações específicas no dia de início haverá Comandos Educativos, envolvendo todos os servidores do 4ºDRPRF/AP, com ampla divulgação junto aos Órgãos de imprensa e chamamento da sociedade para participar do esforço de segurança no trânsito, além da participação do Departamento Estadual de Trânsito e Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do Estado.

Comando de Saúde: conforme calendário nacional expedido pelo DPRF.

Comandos com Etilômetro: Haverá comandos diários, intensificados nos finais de semana ou em período de festividades e feriados prolongados.

Comando Fiscalização Geral: Haverá pelo menos 04 (quatro) comandos mensais, sendo dois executados em área urbana.

Comando RNTRC (Convênio ANTT): 01 (um) comando mensal

Comando Específico para o Uso do Cinto de Segurança: Haverá pelo menos 04 (quatro) comandos mensais, sendo dois executados em área urbana.

Comando Específico de Transporte Coletivo voltado tanto para as condições gerais dos veículos e para criminalidade: 04 (quatro) comandos mensais.

Comando Específico para Fiscalização de Motocicletas: Haverá pelo menos 04 (quatro) comandos mensais, executados na área urbana.

Comando específico de Fiscalização de excesso de velocidade: Pretendendo combater o excesso de velocidade com a utilização de Radar, o qual deverá ser utilizado diariamente.

Ações relativas ao combate à criminalidade

As rodovias federais do Amapá apresentam baixos índices de criminalidade, porém ações de prevenção devem ser implementadas, numa frequência mínima de 02 (duas) operações mensais, buscando ampliar a sensação de segurança, principalmente nas áreas pavimentadas da BR 156, em especial nos trechos fronteiros das rodovias federais .

A operacionalização dos comandos e viagens a serviço devem ser precedidos de informações do Núcleo de Inteligência, dados estatísticos e movimentação econômica sazonal, com o intuito de obtenção de melhores resultados e menor desgaste do efetivo.

As ações que devem ser implementadas pelo NPF/AP, no que tange o combate a criminalidade tem como focos principais, as seguintes situações: Combate ao tráfico de drogas, armas e munições; Combate a Exploração Sexual Infante Juvenil; repressão ao furto e roubos de veículos; repressão ao roubo a Veículos de Transporte Coletivo; repressão aos Crimes Ambientais; combate ao trabalho similar ao escravo e ao tráfico de seres humanos, dentre outros.

Implementação e funcionamento do posto de Oiapoque

A previsão de inauguração, em meados de 2012, da ponte internacional sobre o rio Oiapoque, já concluída, ligando o Brasil a Guayana Francesa, gerou a necessidade do reforço do policiamento da BR 156 de forma contínua, e não apenas em operações esparsas como vinha sendo realizado. Outros órgãos de fiscalização e segurança pública já se fazem presentes na região e têm procurado oferecer um melhor serviço a população diante da nova realidade que se apresenta.

Abaixo segue o quadro de Operações Nacionais, que teve o cronograma executado por todas as Unidades desconcentradas do DPRF/MJ:

CALENDÁRIO NACIONAL DE OPERAÇÕES

OPERAÇÕES NACIONAIS	PERÍODO		HORÁRIO/DIA	
	INÍCIO	TÉRMINO	00h00	24h00
CARNAVAL	17/02/2012	22/02/2012	SEXTA-FEIRA A QUARTA-FEIRA	
SEMANA SANTA/TIRADENTES	05/04/2012	08/04/2012	QUARTA-FEIRA A DOMINGO	
DIA DO TRABALHO	27/04/2012	01/05/2012	SEXTA-FEIRA A TERÇA FEIRA	
CORPUS CHRISTI	06/06/2012	10/06/2012	QUARTA-FEIRA A DOMINGO	
INDEPENDENCIA	06/09/2012	09/09/2012	QUINTA-FEIRA A DOMINGO	
NOSSA SENHORA APARECIDA	11/10/2012	14/10/2012	QUINTA-FEIRA A DOMINGO	
FINADOS	01/11/2012	04/11/2012	QUINTA-FEIRA A DOMINGO	
PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA	14/11/2012	18/11/2012	QUARTA-FEIRA A DOMINGO	
FIM DE ANO	21/12/111	02/01/2013	SEXTA-FEIRA A QUARTA-FEIRA	

OPERAÇÕES REGIONAIS

OPERAÇÕES NACIONAIS	PERÍODO		HORÁRIO/DIA	
	INÍCIO	TÉRMI NO	00h00	24h00
OPERAÇÃO FLORESTA I	04/01/12	11/01/12	QUARTA-FEIRA A QUARTA-FEIRA	
OPERAÇÃO ECA I	23/01/12	01/02/12	QUINTA-FEIRA A QUARTA-FEIRA	
OPERAÇÃO FLORESTA II	29/02/12	06/03/12	QUINTA-FEIRA A TERÇA-FEIRA	
OPERAÇÃO AMAPA AMAPA TOTAL	14/05/12	18/05/12	SEGUNDA FEIRA A SEXTA-FEIRA	
OPERAÇÃO ECA II	30/05/12	05/06/12	QUINTA-FEIRA A TERÇA-FEIRA	
OPERAÇÃO TRECHO NORTE	25/06/12	29/06/12	SEGUNDA FEIRA A SEXTA-FEIRA	

PORTO FEST*	06/07/12	08/07/12	SEXTA-FEIRA A DOMINGO
PORTO FEST*	27/07/12	29/08/12	SEXTA-FEIRA A DOMINGO
OPERAÇÃO TRECHO SUL	06/08/12	10/08/12	SEGUNDA FEIRA A SEXTA-FEIRA
OPERAÇÃO FLORESTA III	27/08/12	31/08/12	SEGUNDA FEIRA A SEXTA-FEIRA
CARNAGUARI	21/09/12	23/09/12	SEXTA-FEIRA A DOMINGO
FESTIVAL DO ABACAXI	28/09/12	30/09/12	SEXTA-FEIRA A DOMINGO
AGROPESC	05/10/12	07/10/12	SEXTA-FEIRA A DOMINGO
OPERAÇÃO ECA III	22/10/12	26/10/12	SEGUNDA FEIRA A SEXTA-FEIRA

3.2- Estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos

- a) Para fins de alcance dos resultados institucionais, o principal mecanismo de trabalho foi a abordagem de veículos e pessoas, as quais foram em regra permeadas por tratamento cortês, postura e apresentação individual adequadas, clareza e firmeza nas orientações.
- b) Aplicação da educação para o trânsito nas abordagens, difundindo dados estatísticos de acidentes de trânsito, e sendo as atuações precedidas de esclarecimento das infrações cometidas e dos riscos que elas representam para a segurança do trânsito, o que contribui para a mudança de comportamento dos condutores.
- c) Contribuir com a percepção de segurança do cidadão por meio da visibilidade, disponibilidade, divulgação das ações implementadas, qualidade e profissionalismo no atendimento das ocorrências.
- d) Estabelecimento de tipo e metas de fiscalização ao longo do dia e ao longo do trecho policiado, fazendo-os constar no Cartão-Programa.
- e) Inclusão de ações de combate ao crime com emprego de grupos táticos e cães farejadores na fiscalização de transporte de passageiros, além de informar aos passageiros, ao final da fiscalização a importância do trabalho realizado e, sempre que possível, os dados relativos às apreensões de pessoas e drogas.
- f) Estímulo à criação de equipes táticas para intensificação de operações de combate à criminalidade.
- g) Fortalecimento da integração com outros Órgãos de Segurança Pública, visando aumento da capacidade operacional disponível, estimular a busca de objetivos comuns e troca de informações.
- h) Fortalecimento da Comissão Regional de Educação para o Trânsito e estimular ações educativas nos postos da PRF, escolas, empresas, sindicatos, associações, entre outros, por meio de palestras, oficinas e cursos.

3.3- Execução do plano de metas ou de ações

As prioridades e metas relativas à atividade operacional do 4º DRPRF/AP, por intermédio do Núcleo de Policiamento e Fiscalização - NPF, seguiram considerando as premissas

institucionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ, para o exercício 2012, em consonância com o estipulado pela Instrução de Serviço nº 04/2011, da Coordenação Geral de Operações do DPRF/MJ.

Os objetivos traçados para o exercício 2012, no cunho operacional, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, visaram ao alcance de metas estabelecidas para a Regional, com foco precípua na prevenção de acidentes e criminalidade, visando à redução das taxas de acidentalidade e mortalidade, bem como no cumprimento das metas de procedimentos de fiscalização de pessoas, veículos e alcoolemia estabelecidos de acordo com a capacidade de resposta da unidade.

Para tanto, buscou-se melhorar a capacitação do efetivo policial, no que se refere ao conhecimento da legislação de fiscalização rodoviária, ao enfrentamento de delitos na circunscrição da PRF, no trato com todos os usuários das rodovias e estradas federais e nos procedimentos adotados pelo DPRF.

O planejamento das ações foram subdivididas conforme especificações abaixo:

- Fiscalizações rotineiras: Operacionalizadas pelos policiais escalados para os plantões normais, sem apoio de efetivo extra, divididas em rondas e fiscalizações estáticas, realizadas diariamente; sendo as fiscalizações estáticas visando prioritariamente as condições veiculares, e as rondas nos horários de maior circulação rodoviária nos três turnos, visando prioritariamente coibir as infrações de circulação e conduta, além de repressão ao crime.

Nessas fiscalizações, oportuniza-se o planejamento para a realização das operações de apoio ou em conjunto com outros órgãos.

O trabalho diário tem como foco o fator da segurança de trânsito e o combate aos ilícitos, por meio de abordagens a pessoas e veículos, permeadas de tratamento cortês, postura e apresentação individual adequada, com clareza e firmeza nas orientações e pelos preceitos éticos do Serviço Público.

- Fiscalizações de alcoolemia: Operacionalizadas, obrigatoriamente, de forma rotineira e sistemática, através da realização de exames com etilômetros nos condutores envolvidos em acidentes, em especial os com lesões, e em todos condutores suspeitos de estarem sob efeito de álcool, bem como em pontos próximos a locais de eventos e dias propícios ao consumo de bebidas alcoólicas, assim buscando inibir o binômio álcool e direção.

- Operações e Comandos:

As Operações, atividades diferenciadas, planejadas pela Direção Geral do DPRF/MJ, através da Coordenação Geral de Operações ou do Distrito Regional, podem ser dos seguintes tipos: Operações Especiais, Eventuais, Integradas de Segurança Pública, Conjunta com outros Órgãos, além dos Feriados Nacionais, esta última obedecendo ao cronograma da Instrução de Serviço 04/2011/CGO, referente ao Planejamento Operacional 2012 do DPRF/MJ.

As Operações Regionais são realizadas de acordo com as festividades e eventos regionais, em regra fazem parte do planejamento anual, mas há casos eventuais que surgem no decorrer do período os quais precisam de atenção especial.

Os Comandos, atividades de fiscalização com efetivo diferenciado, são realizados com vistas ao cumprimento das normas de trânsito, além da repressão ao crime de forma geral.

Durante as Operações Férias, Feriados Nacionais e Operações Regionais, são priorizadas atividades de fiscalização e as voltadas à prevenção de acidentes de trânsito e redução

de danos, visando a normalidade do fluxo de trânsito e a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade.

Para perseguir as metas definidas, a atividade rotineira obedeceu a criterioso levantamento de pontos críticos de acidentes, utilizando o SIGER/DPRF – Sistema de Informações Gerencias, os quais somados aos fatores críticos de acidentes orientaram o planejamento das ações diárias de policiamento.

Esse planejamento é difundido ao efetivo por meio de Cartão-Programa de Policiamento, onde a chefia de Policiamento da Delegacia ou o próprio chefe de Delegacia faz constar os itinerários de patrulhamento, pontos de parada e abordagens e as metas ao longo do dia e do trecho.

3.4- Indicadores

Entre os Indicadores constantes do Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania, de responsabilidade do Ministério da Justiça, está o de Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais. No Programa Temático 2048 – Mobilidade e Trânsito, tendo como responsável o Ministério das Cidades, existem dois Indicadores quanto ao tema da violência no Trânsito: Índice de vítimas de acidentes de trânsito e Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito.

Programa	Indicador	Unidade de medida	Referência	
			Data	Índice
2070	Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais (número de mortos)		31/12/2010	8.623
2048	Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,10
	Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	18,30

Esses Indicadores, no entanto, não carregam em si metas de realizações. Funcionam como uma referência de um patamar a ser melhorado.

Apropriando do Indicador do Programa de responsabilidade do Ministério da Justiça, utilizando o mesmo critério nacional para estabelecer o Indicador da Regional, teríamos o número de mortos até 31/12/2010. Entretanto, vale lembrar, que essa referência foi buscada em 2010 a fim de balizar os esforços para 2011.

No caso presente, o objeto deste relatório é o ano de 2012, portanto, cabe perfeitamente buscar a situação levantada na Regional quanto ao citado indicador em 31/12/2011. Para efeito de avaliar o resultado das intervenções e serviços prestados, resta trazer a colação o número apurado em 31/12/2012. Eis o quadro demonstrativo.

Indicador	Unidade de medida	Referência	
		Data	Índice
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais (número de mortos)	Unidade	31/12/11	19
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais (número de mortos)	Unidade	31/12/12	11
Variação do Indicador	Percentual	- 42%	

Entendemos ser este o principal Indicador, embora não esteja ele sobre a governança da organização. Seu atingimento depende de muitos fatores, pois o aquecimento da economia, crescimento da frota, diminuição da força de trabalho disponível, comportamento do clima, condições das vias, veículos sem itens importantes de segurança (freios ABS, air bag, entre outros) e, principalmente, a decisão pessoal e intransferível do usuário da via (motoristas, pedestres e

ciclistas) de cultivar um comportamento adequado.

A Maioria dos Indicadores do Programa 2070 a que a PRF se vincula são os Indicadores de Esforço, com destaque para o número de veículos fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas, teste de alcoolemia (com etilômetro) e pessoas alcançadas por ações de Educação para o Trânsito.

No quadro seguinte serão demonstrados esses Indicadores para todo o período do PPA, isto é, 2012 a 2015, quatro anos, portanto. Esses Indicadores de Esforço são nacionais, ou seja, para todas as Unidades da PRF. Cabe a gestão central do órgão distribuí-los de forma equânime para todas elas.

INDICADOR	OBJETIVO	META PARA OS 4 ANOS
Veículos fiscalizados	8825 e 0833	24.000.000
Pessoas fiscalizadas	8825 e 0833	24.000.000
Teste de alcoolemia	0833	6.000.000
Pessoas alcançadas por ações de Educação para o trânsito	0833	1.000.000

Fonte: Programa 2070 do PPA 2012-2015, publicado no site do MPOG.

A Instrução de Serviço 004/2011, da Coordenação-Geral de Operações, distribui as metas para esta Regional nos termos do quadro a seguir, o qual também traz o percentual de realização.

INDICADOR	META	REALIZADO*	Percentual de alcance
Veículos fiscalizados	13394	26053	194,5%
Pessoas fiscalizadas	13394	33206	247,9%
Teste de alcoolemia	1929	7115	368,8%

*Fonte: Movimento Diário – CIOP/AP.

4- Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

4.1 – Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

Quadro III – A.3.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

O sistema de controle interno da Unidade ainda apresenta fragilidades devidos a vários fatores. A principal dificuldade enfrentada pelo gestor é a falta de pessoal para que seja desenvolvido um trabalho de forma contínua nos mais variados setores, pois todos estão de uma forma ou de outra relacionados ao controle interno da UJ.

O Núcleo de comunicação não existe na estrutura do Distrito, mas faz relevante papel na comunicação interna e externa, mantendo os servidores constantemente informados das ações que são desenvolvidas na regional, bem como dos atos de gestão que estão sendo adotados e com quais objetivos. Tal atividade vem sendo precariamente desenvolvida por um servidor designado por portaria, o qual apesar do comprometimento não teve a devida formação para o desempenho das funções.

No Núcleo de Policiamento e Fiscalização há um expressivo atendimento ao público externo, além disso é um setor altamente demandado, pois é quem gere e direciona as ações de fiscalização, tendo como fator primordial o cumprimento das metas estabelecidas dentro dos programas de governo. Tal Núcleo trabalha com alta concentração de atividades nas mãos do Chefe, o qual até o final de 2012 dispunha de pouquíssimos servidores de apoio e estagiários, o que ocasiona em algumas situações a falta de condições de avaliação dos riscos de forma preventiva e adoção de ações para mitigá-los preventivamente.

Um dos grandes problemas que também afetam a gestão é a falta de pátio adequado para guarda de veículos apreendidos, os quais ainda ficam na vulnerabilidade, eis que a unidade não dispõe de pátio com cobertura e com serviço de monitoramento. Foi designada comissão para gestão dos veículos apreendidos, mas não houve avanço em relação aos anos anteriores. Essa é uma demanda a ser priorizada no exercício 2013 pois impacta diretamente no patrimônio de terceiros.

Outro fator a ser ponderado é que a unidade dispõe de servidores no quadro de apoio, que foram incorporados provenientes do Ex-Território Federal do Amapá, alguns já em fase de aposentadoria. Tais profissionais, em sua maioria, trabalhavam em atividades que não eram afetas à área policial, então não possuem habilidades necessárias para a gestão de várias situações diárias, e principalmente apresentam muita resistência aos instrumentos de controle, o que aumenta a demanda dos Chefes imediatos, os quais precisam corriqueiramente refazer tarefas.

4.2 – Sistema de Correição

O Núcleo de Correição e Assuntos Internos é parte integrante da estrutura dos Distritos no DPRF, tendo suas atribuições definidas no Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 1375, de 02/08/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, onde se verifica o art. 100:

Art. 100. Ao Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos compete:

- I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores do Distrito Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;
- II - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares, bem como orientar as unidades da Regional na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente;
- III - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;
- IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;
- V - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;
- VI - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares;
- VII - elaborar e manter atualizado o mapa cartorial do Distrito Regional;
- VIII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores do Distrito Regional;
- IX - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;
- X - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho, para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo;

- XI - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;
- XII - elaborar estatísticas de interesse da área correcional e relatório de gestão;
- XIII - prestar informações e encaminhar documentos referentes a questões correcionais, às áreas competentes;
- XIV - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade do Distrito Regional;
- XV - elaborar e solicitar o orçamento necessário ao desenvolvimento das atividades correcionais;
- XVI - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes à Corregedoria; e
- XVII - elaborar e operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Durante o exercício de 2012 foram instaurados 03 (três) procedimentos administrativos novos, e foi dada continuidade em 01 (um) procedimentos do ano de 2011, apresentando o quadro comparativo abaixo:

Procedimentos instaurados		
Descrição	2011	2012
Sindicâncias adm. disciplinar	0	0
Processo adm. disciplinar	2	1
Procedimentos investigativos	0	2
Processos pendentes no fim do exercício	1	0
Cartas precatórias		
Expedidas	0	0
Cumpridas	0	1
Total	0	1
Penalidades aplicadas		
Advertência	0	0
Suspensão	0	1
Total	0	1

A Corregedoria Regional continuou a cobrar dos Chefes de Núcleos, principalmente do Núcleo de Policiamento e Fiscalização, o desenvolvimento de atividades preventivas, com o objetivo de minimizar as instaurações desnecessárias para a Administração, em continuidade ao projeto Corregedoria Participativa, onde os próprios servidores participam do processo de gerenciamento das atividades de prevenção, através do AGS – Acompanhamento Gerencial de Serviço, o que ajuda na melhoria da qualidade do serviço e na diminuição da demanda correcional.

Em relação as metas estabelecidas pela Corregedoria Geral, este Distrito, através de sua Corregedoria Regional, buscou o cumprimento de todas elas, inclusive conseguindo zerar o número de procedimentos.

4.3 – Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os processos não foram lançados no Sistema CGU-PAD, devido o Corregedor Regional ter ficado sem acesso ao sistema. Porém a partir do aperfeiçoamento do Sistema de Corregedoria do DPRF (SISCOR), as Corregedorias Regionais lançaram os processos no SISCOR, sendo então repassados ao Sistema CGU-PAD pela Corregedoria Geral do DPRF, automaticamente, o que

supriu a necessidade de alimentar os dois sistemas.

5. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

5.1- Informações sobre programas do PPA de responsabilidade da UJ

5.1.1- Informações sobre programas temáticos de responsabilidade da UJ

Quadro IV - A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2070			
Título	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			
Órgão Responsável	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a + b)				
d) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
R\$ 1.845.261,53	R\$ 515.452,38	R\$ 15.266,99	R\$ 1.329.809,16	R\$ 500.185,38
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
20IC	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
2524	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e banco de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
2723	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e interligando ações relacionadas à temática	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS			
PROGRAMA 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			
OBJETO	VALOR EMPENHADO 19241.02.12	VALOR PAGO 29241.04.03	VALOR LIQUIDADO

Fornecimento de peças pra a frota	R\$ 47.928,83	R\$ 36.591,71	R\$ 47.786,52
Manutenção da frota e guincho	R\$ 32.397,08	R\$ 27.819,90	R\$ 31.892,08
Taxa de Administração	R\$ 3.576,90	R\$ 3.161,00	R\$ 3.161,00
Abastecimento da frota	R\$ 82.094,68	R\$ 64.624,56	R\$ 64.624,56
Telefonia fixa	R\$ 20.223,82	R\$ 16.171,88	R\$ 16.171,88
Telefonia Celular	R\$ 12.382,88	R\$ 8.837,36	R\$ 8.837,36
Transmissão de Dados	R\$ 3.298,40	R\$ 1.989,08	R\$ 1.989,08
Passagens Aéreas – Operacional	R\$ 4.251,58	R\$ 4.251,58	R\$ 4.251,58
Chamadas de Longa Distância	R\$ 927,22	R\$ 109,66	R\$ 109,66
Passagens Aéreas – Capacitação PRF	R\$ 24.613,86	R\$ 24.613,86	R\$ 24.613,86
Manutenção radiocomunicação	R\$ 20.910,74	R\$ 19.007,66	R\$ 19.007,66
Passagens Aéreas – Sentinela – Fonte 0100	R\$ 6.759,77	R\$ 6.759,77	R\$ 6.759,77
Colete balístico	R\$ 6797,00	6797,00	R\$ 6797,00
Telefone fixo – fevereiro/2008	R\$ 4.007,42	R\$ 4.007,42	R\$ 4.007,42
Passagens Aéreas – Sentinela – Fonte 0174	R\$ 3.470,43	R\$ 3.470,43	R\$ 3.470,43
Pneus p/ frota	R\$ 24.411,78	R\$ 24.411,78	R\$ 24.411,78
Passagens Aéreas – Agentes de Infraestrutura	R\$ 7.132,29	R\$ 7.132,29	R\$ 7.132,29
Recuperação de Torres e equipamentos de radiocomunicação	R\$ 107.000,00	R\$ 76.869,53	R\$ 76.869,53
Passagens Aéreas – Inteligência	R\$ 2.230,27	R\$ 2.230,27	R\$ 2.230,27
Material de APH	R\$ 7.660,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material de APH	R\$ 2.696,20	R\$ 2.696,20	R\$ 2.696,20
Material de APH	R\$ 69,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material de APH	R\$ 1.906,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Passagens Aéreas – Fronteira	R\$ 3.527,98	R\$ 3.527,98	R\$ 3.527,98
Formulários Operacionais	R\$ 332,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aquisição de 7 monitores	R\$ 1.788,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aquisição de Servidor de rede	R\$ 29.000,00	\$ 0,00	R\$ 0,00
Suprimento para EDA	R\$ 221,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Formulários Operacionais	R\$ 199,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fornecimento de uniformes administrativos – camisas	R\$ 714,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fornecimento de 33 coldres	R\$ 11.880,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reforma e ampliação da sede do 4ºDRPRF/AP	R\$ 709.049,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reforma e ampliação do Posto de fiscalização do Km-08, BR-210	R\$ 496.975,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Calibração e aferição de radar portátil	R\$ 3.055,00	R\$ 3.055,00	R\$ 3.055,00
Contrato de calibração e aferição de etilômetro	R\$ 9.720,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Capacitação PRF	R\$ 21.076,20	R\$ 21.076,20	R\$ 21.076,20
Operacionais	R\$ 25.285,56	R\$ 25.285,56	R\$ 25.285,56
Inteligência	R\$ 475,72	R\$ 475,72	R\$ 475,72
Operação Sentinela – ENAFRON	R\$ 60.276,78	R\$ 60.276,78	R\$ 60.276,78
Inteligência	R\$ 1.706,51	R\$ 1.706,51	R\$ 1.706,51
Agentes de Infraestrutura	R\$ 3.984,64	R\$ 3.984,64	R\$ 3.984,64
Diárias – fronteira	R\$ 2.183,14	R\$ 2.183,14	R\$ 2.183,14
Diárias – Operação Sentinela	R\$ 29.984,91	R\$ 29.984,91	R\$ 29.984,91
Aferição de radar	R\$ 2.476,00	R\$ 2.476,00	R\$ 2.476,00

Calibração e aferição de etilômetro	R\$ 4.600,00	R\$ 4.600,00	R\$ 4.600,00
Total	R\$ 1.845.261,53	R\$ 500.185,38	R\$ 515.452,37

Quadro V - A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	0663			
Título	SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS			
Órgão Responsável	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF/MJ			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		b) Valor Remanescente (d – e)	
	g) Previsto no PPA	h) Fixado na LOA		
e) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
f) Outras Fontes				
g) Subtotais (a + b)				
h) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
R\$ 24.924,21	R\$ 24.924,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.924,21
14.M3	Não se aplica – PPA 2008 a 2011	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		

Nota: Trata-se de crédito extraordinário reaberto em 2012, na ação Ações de Segurança pública, a cargo da Polícia Rodoviária Federal, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Conferência rio +20 (programa relativo ao PPA 2008/2011).

PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS			
OBJETO	VALOR EMPENHADO 19241.02.12	VALOR PAGO 29241.04.03	VALOR LIQUIDADO
Abastecimento da frota	R\$ 7.998,90	R\$ 5.441,45	R\$ 5.441,45
Taxa de Administração	R\$ 350,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Manutenção da frota e guincho	R\$ 1.896,32	R\$ 1.637,70	R\$ 1.830,32
Manutenção da frota e guincho	R\$ 1.692,23	R\$ 1.692,23	R\$ 1.692,23
Total	R\$ 11.937,45	R\$ 8.771,38	R\$ 8.964,00

Quadro VI - A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático

Identificação do Programa de Governo			
Código Programa	2075		
Título	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
Órgão Responsável	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES		
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)			
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		c) Valor Remanescente (d – e)
	i) Previsto no PPA	j) Fixado na LOA	
i) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			

j) Outras Fontes				
k) Subtotais (a + b)				
l) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
R\$ 11.937,45	R\$ 8.964,00	R\$ 192,62	R\$ 2.973,45	R\$ 8.771,38
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
2346	Assegurar a qualidade e a segurança nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, por intermédio da verificação da observância das normas técnicas constantes da legislação em vigor.	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT		

PROGRAMA 2075 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
Passagens Aéreas – Rio+20	R\$ 5.589,81	R\$ 5.589,81	R\$ 5.589,81
Curso de motociclista	R\$ 19.334,40	R\$ 19.334,40	R\$ 19.334,40
Total	R\$ 24.924,21	R\$ 24.924,21	R\$ 24.924,21

5.1.2- Informações sobre ações de programas temáticos de responsabilidade da UJ

Quadro VII -A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20IC					
Descrição	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON					
Iniciativa	03DO- Implantação da estratégia de segurança pública nas fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para ampliação da presença dos Órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões.					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
80.017.000,00	121.845.225,00	R\$ 1.297.297,05	91.271,81	R\$ 0,00	R\$ 1.206.025,24	R\$ 91.271,81
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operação apoiada	unidade	4	1	Preencher quando sido definida	R\$ 91.271,81

Quadro VIII -A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação	
Código	2524
Descrição	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DPRF
Iniciativa	03DY – Fortalecimento, formação, seleção, capacitação e valorização do quadro de

	servidores das polícias da União.					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.000.000,00	4.800.000,00	R\$ 45.690,06	R\$ 45.690,06	R\$ 0,00	R\$ 1.206.025,24	R\$ 45.690,06
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor Capacitado	unidade	Preencher quando sido definida	Preencher quando sido definida	Preencher quando sido definida	R\$ 45.690,06

Quadro IX -A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2723					
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS					
Iniciativa	03EH – Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à violência no trânsito no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.					
Unidade Responsável	–Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	–Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
–Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
64.581.000,00	99.618.347,00	302.260,07	251.022,19	15.266,99	51.237,88	R\$ 235.755,20
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Procedimento realizado	unidade	28717 Procedimento	66374 (231%)	Indefinida	R\$ 235.755,20

Quadro X -A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2816					
Descrição	SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
Iniciativa	03DW- Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000,00	1.800.000,00	R\$ 475,72	R\$ 475,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 475,72
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operações realizadas	unidade	1	1	Indefinida	R\$ 475,72

Quadro XI -A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
------------------------------	--	--	--	--	--	--

Código	8698					
Descrição	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO					
Iniciativa	03EI- Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
35.720.00 0,00	44.530.66 6,00	199.538,63	126.992,59	R\$ 0,00	R\$ 72.546,04	R\$ 126.992,59
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema mantenido	Percentual de manutenção	Indefinida	Indefinida	Indefinida	R\$ 126.992,59

Quadro XII -A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	14M3					
Descrição	AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA A CARGO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONFERÊNCIA RIO +20					
Iniciativa	Não se aplica					
Unidade Responsável	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
Unidade Orçamentária	Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	23.000.00 0,00	R\$ 24.924,21	R\$ 24.924,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.924,21
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Evento apoiado	unidade	Indefinida	Indefinida	Indefinida	R\$ 24.924,21

Quadro XIII -A.4.4 – ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2346					
Descrição	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS					
Iniciativa	Não se aplica					
Unidade Responsável	Agência Nacional de Transporte Terrestre					
Unidade Orçamentária	Agência Nacional de Transporte Terrestre					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	R\$ 11.937,45	R\$ 8.964,00	R\$ 192,62	R\$ 2.973,45	R\$ 8.771,38
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operações realizadas	unidade	Indefinida	Indefinida	Indefinida	R\$ 8.771,38

5.1.3- Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro XIV - A.4.5 – Programa de Governo constante do ppa – de Gestão e Manutenção

-Identificação do Programa de Governo						
Código Programa		2112				
Título		PROGRAMA DE MANUTENÇÃO E GESTÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA				
Órgão Responsável		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
-Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.561.721.896,00	1.597.294.896,00	686.564,84	639.926,68	1.759,58	46.638,16	638.167,10

Discriminação de despesa realizada com recurso do programa 2112				
	Valor Empenhado	Valor pago	Valor liquidado	Restos a pagar
Serviço de limpeza e conservação	R\$ 179012,64	R\$ 164094,92	R\$ 164094,92	R\$ 14.917,72
Serviço de Vigilância privada	R\$ 236.062,30	R\$ 236.062,30	R\$ 236.062,30	R\$ 0,00
Passagem aérea	R\$ 41.072,53	R\$ 41.072,53	R\$ 41.072,53	R\$ 0,00
Aquisição de papel	R\$ 2.637,50	R\$ 2.637,50	R\$ 2.637,50	R\$ 0,00
Intermediação de estagiários	R\$ 2.283,30	R\$ 2.283,30	R\$ 2.283,30	R\$ 0,00
Serviço de manutenção predial	R\$ 28.936,60	R\$ 23.066,50	R\$ 23.066,50	R\$ 5.870,10
Reforma do posto de Macapá	R\$ 12.379,52	R\$ 12.379,52	R\$ 12.379,52	R\$ 0,00
Aquisição de nobreak's	R\$ 9.980,00	R\$ 9.980,00	R\$ 9.980,00	R\$ 0,00
Material de Protocolo	R\$ 2.320,40	R\$ 1.697,60	R\$ 1.697,60	R\$ 622,80
Material Permanente	R\$ 1.798,00	R\$ 1.198,00	R\$ 1.198,00	R\$ 600,00
Fornecimento de energia elétrica	R\$ 23.875,01	R\$ 23.875,01	R\$ 23.875,01	R\$ 0,00
Aquisição de água mineral	R\$ 7.799,96	R\$ 7.799,96	R\$ 7.799,96	R\$ 0,00
Aquisição de gás	R\$ 1.551,00	R\$ 1.551,00	R\$ 1.551,00	R\$ 0,00
Transporte de mobiliário de servidor	R\$ 7.950,00	R\$ 7.950,00	R\$ 7.950,00	R\$ 0,00
Publicação no DOU	R\$ 2.310,00	R\$ 1.882,94	R\$ 1.882,94	R\$ 427,06
Despesas postais	R\$ 2.314,00	R\$ 1.719,75	R\$ 1.719,75	R\$ 594,25
Corregedoria Geral	R\$ 2.223,69	R\$ 2.223,69	R\$ 2.223,69	R\$ 0,00
Diárias	R\$ 16.459,37	R\$ 16.459,37	R\$ 16.459,37	R\$ 0,00
Administração da Unidade	R\$ 13.970,12	R\$ 13.970,12	R\$ 13.970,12	R\$ 0,00
Curso de formação	R\$ 29.956,07	R\$ 29.956,07	R\$ 29.956,07	R\$ 0,00
DPVAT	R\$ 4.223,34	R\$ 4.223,34	R\$ 4.223,34	R\$ 0,00
Auxílio funeral	R\$ 10.237,03	R\$ 10.237,03	R\$ 10.237,03	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 686.564,84	R\$ 638.167,10	R\$ 639.926,68	R\$ 46.638,16

5.1.4 - Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro XV - A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		2000				
Descrição		ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE				
Unidade Responsável		Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
Unidade Orçamentária		Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
82.749,00 0,00	97.222.000,00	676.327,81	629.689,65	1.759,58	46.638,16	627.930,07
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					

Quadro XVI - A.4.6 – ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código		20TP				
Descrição		PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO				
Unidade Responsável		Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
Unidade Orçamentária		Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	10.237,03	10.237,03			10.237,03
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não se aplica					

5.2- Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

5.2.1 – Movimentação de créditos interna e externa

Quadro XVII - A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG	Concedente	Recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes	
					1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Outras Despesas Corrente
Movimentação Interna	Recebido	200109	200233	20TP Pagamento de pessoal ativo da União	10.237,03	-
				14M3 Ações de segurança pública a cargo da PRF	-	24.924,21
				20IC Estratégia Nacional de Segurança Pública		91.271,81
				2000 Administração da Unidade		664.549,81
				2346 Fiscalização dos serviços de transportes rodoviários		11.937,45
				2524 Capacitação dos servidores do DPRF		45.690,06
				2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias Federais		295.463,05
				2816 Serviço de Inteligência da PRF		475,72

				8698 – Manutenção e Modernização dos sistemas	168.750,48
Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital	
	Concedente	Recebadora		3 – Investimentos	
Movimentação Interna	Recebido	200109	200233	20IC Estratégia Nacional de Segurança Pública	1.206.025,24
				2000 Administração da Unidade	11.778,00
				2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias Federais	6.797,00
				8698 – Manutenção e Modernização dos sistemas	30.788,15

5.2.2 – Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação

Quadro XVIII - A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação	891.782,12	969.572,86	874.563,13	737.181,04
a) Pregão	891.782,12	969.572,86	874.563,13	737.181,04
2. Contratações Diretas	47.833,56	99.884,01	47.833,66	83.763,59
b) Dispensa	41.175,97	77.498,67	41.175,97	67.569,57
c) Inexigibilidade	6.657,59	22.385,34	6.657,59	16.194,02
3. Pagamento de Pessoal	237.154,14	116.390,44	237.154,14	116.390,44
d) Pagamento em Folha	10.237,03	-	10.237,03	-
e) Diárias	226.917,11	116.390,44	226.917,11	116.390,44
4. Outros	12.497,34	5.350,99	12.497,34	5.350,00
5. Total (1+2+3+4+5)	1.189.267,16	1.191.198,30	1.172.048,27	942.686,06

Fonte: Núcleo Administrativo e Financeiro

5.2.3-Despesas totais por grupo e elemento de despesa – Créditos por movimentação

Quadro XIX - A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Outros Benefícios assistenciais	10.237,03	-	10.237,03	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
37 – Locação de mão-de-obra	462.287,40	462.287,40	423.763,45	423.763,45	38.523,95	38.523,95	423.763,45	423.763,45
39 – Outros serviços de terceiros PJ	297.700,13	200.889,45	238.420,99	118.880,44	59.279,14	82.008,61	234.156,39	117.211,36
14 Diárias no país	226.917,11	116.390,44	226.917,11	116.390,44	-	-	226.917,11	116.390,44
339033 passagens aéreas 339092 despesa de exerc. Anteriores 339139 – Outros serv. 3º	316.157,97	333.822,07	271.953,68	294.388,29	44.204,29	39.433,78	258.999,29	280.073,25
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não		Valores Pagos	

					Processados			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
51 Obras e instalações	1.206.025,24	-	-	-	1.206.025,24	-	-	-
52 Equip e material permanente	49.363,15	77.808,94	17.975,00	5.246,96	31.338,15	72.561,98	17.975,00	5.246,96

6. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

6.1- Reconhecimento de passivos

Quadro XX - A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
33390.92.39	Despesas de exercícios anteriores				
34490.52.42	Equipamentos e Material Permanente – Mobiliário em geral				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
200233	33000118/0001-79	R\$ 0,00	R\$ 4.007,42	R\$ 4.007,42	R\$ 0,00
Razões e Justificativas: Após pesquisa SIAFI 2008, 2009 e 2010 constatou-se que a fatura do mês de fevereiro/2008 não havia sido paga. Considerando que os serviços prestados pela operadora oi/telemar estavam sendo reduzidos em virtude da falta de pagamento, foi solicitado a reemissão da fatura para sua liquidação.					
Fonte: 0174020197					
200233	10.456.190/0001-00	R\$ 0,00	R\$ 1.198,00	R\$ 1.198,00	R\$ 0,00
Razões e justificativas: trata a presente despesa da NF 1450, da empresa TSW Ind. Com. De móveis Ltda, referente ao fornecimento de dois beliches para o posto de fiscalização da PRF em Macapá. O empenho 2010NE90023, do dia 05/10/2010, que deu origem à aquisição do mobiliário foi cancelado indevidamente um mês após a sua emissão. O fornecedor enviou o produto e o gestor teve que prover meios de efetivar o pagamento.					
Fonte 0174020197					

6.2- Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XXI - A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 15.983,92		R\$ 15.405,94	R\$ 577,98
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 232.528,32	R\$ 8.578,19	R\$ 222.713,63	R\$ 1.237,50
2010	R\$ 5.017,15	R\$ 403,40	R\$ 4.613,75	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI/Balancete 12/2012

6.3- Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos últimos exercícios

Quadro XXII - A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome:	4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal	
CNPJ:	00394494/0140-04	
UG/GESTÃO:	200233/0001	
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados	Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do

	em Cada Exercício			Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	1	1	-	5.210,00	2.980,00
Totais	0	1	1	-	5.210,00	2.980,00

Fonte: SIASG/SICONV – Convênio 001/2007

Análise crítica da gestão orçamentária/financeira

Quadro comparativo de percentual de execução

Exercício	Provisão recebida	Valor liquidado no exercício	Percentual de execução
2008	R\$ 823.686,40	R\$ 619.093,67	75,16%
2009	R\$ 959.001,92	R\$ 831.410,85	86,69%
2010	R\$ 2.094.321,13	R\$ 882.079,51	42,11%
2011	R\$1.192.364,59	R\$ 958.669,98	80,40%
2012	R\$ 2.568.688,03	R\$ 1.189.267,26	46,29%

Ressalta-se que esta unidade apenas executa os recursos distribuídos pela unidade central, DPRF/MJ, e comparando os valores recebidos e liquidados nos anos anteriores, a execução orçamentária e financeira do exercício 2012 atingiu percentual bastante satisfatório no que se refere às despesas rotineiras, deixando de liquidar no exercício somente as aquisições feitas no final do ano e o que ainda não foi liquidado em termos de obras, o que perfaz um valor alto, eis que as mesmas iniciaram no final do exercício. Os recursos foram utilizados de acordo com a destinação descrita nos respectivos programas e ações de governo, o que foi devidamente demonstrado em tópicos anteriores.

Como pode ser observado no demonstrativo de despesas por modalidade de licitação, houve um incremento nas contratações na modalidade pregão, o que representa avanço na caminhada da instituição, que gradativamente está evoluindo no que se refere a esse tipo de contratação, pois é certo que constitui o modelo via de regra adotado nacionalmente, e que traz benefícios significativos para todos, principalmente os afetos a diminuição de custos e impessoalidade na tratativa de licitações.

As contratações diretas ainda são utilizadas em decorrência da escassez de empresas prestadoras de determinados serviços no Estado, ou a inadequação das mesmas para participação em certames, além dos casos de fornecimento com exclusividade. Tais serviços são indispensáveis para a operacionalização das atividades do Distrito, dentre eles: 1. fornecimento de energia elétrica; 2. Serviços postais e outras pequenas aquisições necessárias ao andamento das ações. Contudo, o Núcleo Administrativo e Financeiro tem envidado esforços no sentido de minimizar ao máximo contratos dessa natureza;

Para todos os contratos realizados pelo Distrito foram designados os respectivos fiscais, os quais têm a atribuição de acompanhar a fiel execução do que foi pactuado com a empresa, relatando em meios próprios as distorções detectadas, para que sejam adotadas as providências cabíveis, tais como multas, distrato, glosa de pagamento, adequação dos bens ou serviços, dentre outras medidas.

Considerando a Administração Pública como o conjunto de entidades e órgãos incumbidos de realizar a atividade administrativa com o desiderato de satisfazer as necessidades coletivas, o Núcleo Administrativo e Financeiro trabalhou conjuntamente com os demais núcleos que compõem a estrutura do Distrito, com o objetivo de viabilizar a satisfação das demandas

apresentadas, em que pesem as adversidades encontradas principalmente no que tange a recurso humano.

Vale constar que na prática as atividades do Distrito são compatíveis com as de uma Superintendência Regional, a qual tem em sua estrutura uma Seção responsável pela atividade administrativa e financeira, onde são agrupados cinco núcleos, quais sejam: telemática, patrimônio, serviços gerais, orçamento e finanças, além da Comissão de licitação que trabalha com independência dos demais núcleos. Busca-se com isso registrar a disparidade existente na estruturação desta unidade, que conta com apenas um núcleo (NAF) para realização de papel correspondente.

Contudo, mesmo diante das dificuldades encontradas, o Núcleo desempenhou suas atribuições de forma a propiciar a logística necessária para o cumprimento da missão institucional da Polícia Rodoviária Federal, qual seja, patrulhamento ostensivo com vistas a diminuição de acidentes e mortes nas rodovias federais.

Para tanto, realizou licitações para contratações necessárias à manutenção das atividades básicas da unidade, prorrogou contratos considerados vantajosos para a Administração, aderiu a registros de preço de outras unidades do DPRF/MJ, tudo com o intuito de racionalização dos recursos disponíveis e viabilização de aquisições buscando quantidade e qualidade nos produtos e serviços.

Apesar do esforço dos servidores do NAF em realizar ainda que forma precária o andamento do Núcleo como um todo, não foi possível avançar em todas as frentes, exemplo disso é a gestão patrimonial do Distrito que continua apresentando inconsistências no que tange aos imóveis, demanda que tem se arrastado por vários exercícios.

7. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados

7.1 – Composição do quadro de servidores ativos

7.1.1- Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ

Quadro XXIII - A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		65		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		65	15	1
2. Total de Servidores (1+2+3)		65	15	1

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

7.1.1.1- Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Quadro XXIV - A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Função de Confiança	02
2. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. A Pedido, a Critério da Administração	01
5.1. Interesses Particulares	01
3. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	04

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

7.1.2- Qualificação da força de trabalho da UJ

7.1.2.1- Detalhamento da estrutura de cargos da UJ

Quadro XXV - A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	1	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
o Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	4	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	5	-	-

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

7.1.2.2- Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Quadro XXVI - A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1. Servidores de Carreira	7	18	22	14	4
2. Totais (1+2)	7	18	22	14	4

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

7.1.2.3- Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Quadro XXVII - A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação em 31/12

-Tipologias do Cargo	-Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
-Servidores de Carreira	-	-	-	6	18	41	-	-	-
-Totais (1+2)	-	-	-	6	18	41	-	-	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

7.1.3- Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro XXVIII - A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

-Valores em R\$ 1,00

Tipologia Exercício	Vencimento e Vantagem Fixa	Despesas Variáveis						Despesa de Exercício Anterior	Decisão Judicial	Total
		Retribuição	Gratificação	Adicional	Indenização	Benefício Assistencial e Previdenciário	Despesa Variável			
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
2012	4.082.521,88	-	534.702,12	11.511,04	-	294.190,15	13.033,98	300,13	4.027,13	4.490.286,43
2011	3.357.239,99	514,82	473.883,04	273.675,48	587,76	12.071,28	412.315,60	-	5.327,09	4.535.615,06
2010	3.202.610,52	1.455,01	449.426,72	299.122,11	587,76	6.203,43	327.793,60	-	-	4.287.199,15
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
2012	170.326,71	-	16.405,71	-	-	5.628,00	986,40	-	-	193.346,82
2011	133.525,43	-	22.927,25	18.241,82	-	-	18.241,82	-	343,79	176.887,29
2010	94.351,68	-	16.508,54	13.513,82	-	392,24	-	-	-	124.766,28
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										

2012	111.969,28	15.233,16	10.645,72	—	—	6.324,00	—	—	—	144.172,16
2011	112.165,54	15.233,16	15.558,93	—	—	6.324,00	33,03	—	333,77	149.648,43
2010	95.961,27	14.038,46	15.161,22	—	—	4.196,00	—	—	—	129.356,95
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
2012	480.712,32	11.957,28	63.493,75	—	—	273,62	272,91	—	—	583.798,26
2011	504.103,98	13.011,57	69.174,53	—	—	25.889,11	144,34	—	1.868,01	614.191,54
2010	452.054,72	14.205,38	62.574,57	—	—	17.201,18	525,45	—	292,50	546.853,80

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

7.1.4- Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

7.1.4.1- Classificação do quadro de servidores inativos da UJ segundo o regime de proventos e aposentadorias

Quadro XXIX - A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
Integral	—	—
Voluntária	6	—
Voluntária	1	—
Compulsória	1	—
Totais (1+2)	8	—

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

7.1.4.2- Demonstração das origens de pensões pagas pela UJ

Quadro XXX - A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
Em Atividade	1	1
Total (1+2)	1	1

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

7.2- Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

7.2.1- Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela UJ

Quadro XXXI - A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: 4º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200233/0001							CNPJ:00394494/0140-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	07/08	03110303/0001-90	11/11/08	31/12/08	8	8	1	1	0	0	P
2008	V	O	02/08	08531731/0001-75	06/06/08	31/12/12	6	6	0	0	0	0	P
2008	V	O	08/08	08531731/0001-75	30/12/08	30/12/12	4	4	0	0	0	0	E
Observações: O contrato 08/2008, serviço de vigilância no posto da PRF em Oiapoque foi encerrado em 31/12/2012, em virtude da ativação da unidade com a efetiva lotação de policiais.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Núcleo Administrativo e Financeiro

7.2.2- Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do Órgão

Quadro XXXII - A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: 4º Distrito de Polícia Rodoviária Federal														
UG/Gestão: 200233/00001							CNPJ: 00.394.494/0140-05							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	1	O	02/2008	08531731/0001-75	06/06/08	31/03/13	6	6	0	0	0	0	0	P
2008	1	O	08/2008	08531731/0001-75	30/12/08	31/12/12	4	4	0	0	0	0	0	E
2008	9	O	07/2008	03110303/0001/90	11/11/08	31/10/13	8	8	1	1	0	0	0	P
2012	12	O	02/2012	61600839/0001-55	13/03/12	12/03/13	0	0	10	10	2	2	2	A
Observações:														
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Outras														

Fonte: Núcleo Administrativo e Financeiro

7.2.3- Composição do quadro de estagiários

Quadro XXXIII - A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					R\$ 12.440,00
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	2	2	2	2	
2. Nível Médio					R\$ 42.200,00
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	8	8	8	8	
3. Total (1+2)	10	10	10	10	R\$ 54.640,00

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal

Análise crítica dos recursos humanos:

O fator humano, sem dúvida, principal recurso à disposição das mais variadas organizações, indispensável às instituições policiais, evidencia a importância do policial na construção de um ambiente pacífico na sociedade, através de filosofias como a “Polícia cidadã”, “Policial da comunidade” ou “Polícia de proximidade”, historicamente em prática na Polícia Rodoviária Federal.

O baixo efetivo registrado desde a implantação deste Distrito no Amapá, não é um

problema local, mas conjuntural do DPRF, com enormes perspectivas de solução e recomposição do efetivo a partir de 2012, de um lado pela visão estratégica e planejada da atual direção do nosso Departamento e, por outro, pela decisiva participação da PRF nas políticas de Segurança Pública para as regiões de fronteiras, implementadas pela ENAFRON e executadas através das operações Sentinela e Defesa da Vida, com resultados reconhecidos pelo MJ.

O histórico máximo do efetivo policial neste Distrito foi de 56 PRF's (julho/2006) e, no decorrer dos nove primeiros meses de 2012 composto por apenas 31 policiais, sendo 16 destes na atividade operacional. No mês de setembro foram empossados 14 novos PRF's os quais passaram por período de adaptação em Macapá e em seguida foram designados para as atividades no Município de Oiapoque.

Sob a responsabilidade e atribuições desses policiais tem uma área de circunscrição de 1.214 quilômetros, abrangidos pelas BR's 156 e 210.

O efetivo existente é empenhado e comprometido com as atribuições do cargo de Policial Rodoviário Federal, entretanto é inexpressivo para cobrir a malha viária de nossas rodovias, com amplos trechos totalmente desguarnecidos pela falta de policiamento ostensivo, em especial nas regiões fronteiriças.

Diante do atual quadro e a imediata necessidade de composição de efetivo mínimo de policiais rodoviários federais no Amapá, levando-se em consideração o processo de integração regional e internacional a partir da construção de pontes sobre os rios Jari e Oiapoque, bem como a expansão da malha viária pavimentada, da frota circulante de veículos, da necessidade de combate à violência no trânsito e a criminalidade, assim como apoio as comunidades locais, apresento o quantitativo mínimo necessário, também considerando o processo de reestruturação do Distrito em Superintendência, já em tramitação no Ministério do Planejamento:

UNIDADE E CIRCUNSCRIÇÃO	EFETIVO ATUAL	EFETIVO MÍNIMO
Sede Administrativa (Macapá)	16	20
Núcleo de Operações Especiais - NOE	6	12
Núcleo de Inteligência - NUINT	2	9
CIOP (Central de Informações Operacionais)	4	8
Posto Macapá - km 230 ao 370 (BR156) - 0 ao 411 (BR210)	15	38
Posto Maracá - km 0 ao 230 da BR-156	-	16
Apoio Tartarugalzinho (Km 370 ao 580 / BR-156)	-	16
Posto Oiapoque (Km 580 ao 803 / BR-156)	12	16
Recinto PRF na Ponte do Oiapoque (km 803 da BR156)	-	16
TOTAL	55	151
Necessidade Atual de Efetivo Mínimo Policial	96	

A carência de servidores na área administrativa tem sido precariamente solucionada com a mão-de-obra de estagiários, os quais não tem vínculo com a Administração, não podem ter todos os acessos necessários para realizar determinadas tarefas, além de não terem habilidades específicas, implicando na necessidade da Unidade de dispor de servidores para ensiná-los, o que nem sempre é possível.

Portanto, a escassez de mão de obra é muito grande, o que impossibilita a consecução por completo das atribuições inerentes aos Núcleos, ou seja, são eleitas as tarefas mais importantes para priorizar, e as demais vão sendo realizadas de acordo com a possibilidade. Dessa forma, fica extremamente prejudicado o planejamento realizado para o ano, sem falar em inovações no que se refere a ações de para melhoria da condição de saúde e trabalho dos servidores.

8- Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

8.1- Gestão de frota de veículos próprios

Demonstrativo de Viaturas Operacionais					
	MARCA/MODELO	PLACA	ANO / MODELO	TIPO	Média Anual Km Rodados
1	FIAT/IVECO/RESGATE	NEM-1330	1998/1998	Operacional	20 Km
2	FORD/FOCUS	NEM-1804	2008/2008	Operacional	1.717 Km
3	FORD/FOCUS	NEI-9948	2008/2008	Operacional	13.140 Km
4	GM/ASTRA	NEX-3205	2007/2008	Operacional	4.964 Km
5	GM/BLAZER	NEY-0967	2011/2011	Operacional	17.830 Km
6	GM/BLAZER	NET-3534	2010/2011	Operacional	10.295 Km
7	GM/BLAZER	NET-3504	2010/2011	Operacional	16.618 Km
8	GM/ZAFIRA	JFQ-4865	2004/2005	Operacional	6.014 Km
9	M. BENZ/POSTO MÓVEL	JFP-6802	1999/2000	Operacional	329 Km
10	MMC/L-200	NEX-9344	2007/2007	Operacional	10.489 Km
11	MMC/PAJERO	NEM-3509	2010/2010	Operacional	23.313 Km
12	MMC/PAJERO	NEM-0512	2010/2011	Operacional	16.417 Km
13	MMC/PAJERO	NEM-0492	2010/2011	Operacional	26.261 Km
14	MOTO/HONDA CB 500	JFP-8224	2002/2002	Operacional	231 Km
15	MOTO/HONDA CB 500	JFP-8034	2002/2002	Operacional	200 Km
16	NISSAN/FRONTIER	NEZ-4084	2010/2011	Operacional	15.880 Km
17	NISSAN/FRONTIER	NEP-2667	2010/2011	Operacional	31.134 Km
18	NISSAN/FRONTIER	NEP-1612	2012/2013	Operacional	2.501 Km
19	NISSAN/FRONTIER	NEP-1602	2012/2013	Operacional	962 Km
20	FIAT/LINEA ESSENCE	NEP-9743	2012/2012	Operacional	1503 Km
21	FIAT/LINEA ESSENCE	NEP-9853	2012/2012	Operacional	238 Km

TOTAL DE VIATURAS CARACTERIZADAS:21

Demonstrativo de viaturas administrativas					
	MARCA/MODELO	PLACA	ANO/MODELO	TIPO	Média Anual Km Rodados
22	FIAT/PALIO	NEM-5939	2008/2008	Administrativa	5.202 Km
23	FIAT/PALIO	NEM-5694	2008/2008	Administrativa	8.437 Km
24	FIAT/PALIO	NEM-3969	2008/2008	Administrativa	7.871 Km
25	FIAT/PALIO	NEL-1124	2009/2010	Administrativa	4.399 Km
26	FIAT/PALIO	NEL-1114	2009/2010	Administrativa	2.709 Km

27	FORD/F.1000	MVN-3316	1997/1997	Administrativa	1.913 Km
28	FORD/FUSION	NEL-4618	2010/2011	Representação/ADM	1.873 Km
29	GM/ASTRA (CINZA)	NEX-9717	2007/2008	Administrativa	3.517 Km
30	GM/ASTRA (AZUL)	NEL-8532	2003/2004	Administrativa	8.969 Km
31	MMC/L-200 (AZUL) (NFB-9418)	NEX-4224	2007/2007	Administrativa	8309 Km
32	NISSAN/FRONTIER- CINZA	NEP-1622	2012/2013	Administrativa	957 Km
33	NISSAN/SENTRA	NEO-0778	2010/2011	Administrativa	3.691 Km

Total de Veículos Administrativos:12

Idade média da frota Institucional/caracterizadas: 03 Anos.

Custos associados à manutenção: R\$ 163.575,38

Responsável pela Gestão de Frota: José Maria Nascimento.

8.2- Gestão do Patrimônio imobiliário

8.2.1- Distribuição especial dos bens imóveis de uso especial

Quadro XXXIV - A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1: Amapá	3	3
	Município 1: Macapá	2	2
	Município 2: Oiapoque	1	1
Subtotal Brasil		3	3
Total		3	3

Fonte: Núcleo Administrativo e Financeiro

8.2.2- Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ

Quadro XXXV - A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200233	0605.0 0206.5 00-1	-	Bom	53.216,80	22/10/12	1.051.609,37	709.049,32	115.527,36
200233	-	-	Bom	-	-	-	496.975,92	46.210,94
200233	-	-	Bom	-	-	-	-	46.210,94
Total							1.206.025,24	207.949,24

Fonte:Núcleo Administrativo e Financeiro

9. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

9.1- Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro XXXVI - A.9.1 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2- Consumo de papel, energia elétrica e água

Quadro XXXVII - A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em
R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	104	142	128	1.036,84	1.445,50	1.184,00
Água	0	0	0	-	-	-
Energia Elétrica	107784,46	120773,39	114346,01	22.478,45	25.187,29	23.846,8
			Total	23.515,29	26.642,79	25.030,8

Fonte: Núcleo Administrativo e Financeiro

10- Conformidade e tratamento das disposições legais e normativas

10.1- Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro XXXVIII - A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa						Código SIORG
4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal						29304
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
01	TC-028.038/2011-8	1859/2012	1.5.1.1		Publicação no DOU	
02	TC-028.038/2011-8	1859/2012	1.5.1.2			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal						29304
Descrição da Deliberação						
<p>a) Envio do relatório de gestão ao TCU sem informações quanto à execução física das ações realizadas, com inobservância ao disposto no Anexo II, item 2, alínea “c”, subitem II, da DN TCU 107, de 27/11/2010.</p> <p>b) ausência de reembolso pelo Governo do Estado do Amapá, decorrente da cessão de servidor, sem a adoção das providências para retorno mediante notificação e de cobrança tempestiva da dívida, conforme preconizam os arts. 4º e 10 do Decreto 4.050, de 12/12/2001.</p>						
Providências Adotadas						
<p>a) As ações físicas aferidas no âmbito do DPRF abrangem todas as regionais, pois estas ainda não dispõem de meios para aferição de todas as atividades constantes nas ações, além de não dispor de autonomia orçamentária e financeira para priorizar as ações dentro dos programas. Por esse motivo o quadro inserido no relatório de gestão do exercício 2010 constava apenas as atividades que haviam sido levantadas no âmbito do DPRF (Sede). Mas a equipe de auditoria foi devidamente informada sobre a peculiaridade.</p> <p>b) Após a expedição de vários documentos de cobrança, no decorrer do exercício 2011, o Governo do Estado do Amapá devolveu ao DPRF/MJ o valor de R\$ 17.350,32, referente à cessão do servidor Sid Neves Mira Martel, ocorrida no período de março a maio/2010. O controle de repasse de valores é gerenciado pela Coordenação Geral de Recursos Humanos em Brasília.</p>						

11- Resultados e conclusões

Dentro da perspectiva traçada pela Unidade no exercício, os resultados atingidos foram classificados como satisfatórios pelo gestor, eis que diante das dificuldades encontradas, principalmente com falta de recursos humanos, a regional conseguiu atingir os índices propostos como meta no quantitativo de procedimentos de fiscalização estabelecidos, bem como no índice de taxa de mortalidade e acidentes aceitáveis.

Entretanto, cumpre destacar que o fato de ter alcançado os números desejados não significa que o policiamento ostensivo está sendo realizado de maneira ideal, proporcionando efetiva segurança pública para os usuários das Rodovias Federais no Estado, eis que as ações realizadas tem sido pontuais, mas não permitem a presença constante da PRF em todo o trecho das Rodovias BR's 210 e 156.

O índice de acidentes no período ficou dentro da margem aceitável de acordo com o crescimento da frota no Estado, apesar de todos os esforços operacionais terem sido direcionados à sua minimização, ainda é um número elevado. Contudo creio que a Instituição fez seu papel, dentro de sua capacidade de operação, e que a principal mudança precisa ocorrer no condutor, pois sua ação ainda constitui principal causa de acidentes nas rodovias.

A falta de pessoal acarretou na não realização de importantes projetos durante o período de 2012, tais como: PRF Mirim e FETRAN, os quais poderiam ter minimizado a ocorrência de acidentes e mortes nas rodovias do Estado.

Além de gestão para a melhoria da capacidade operacional, também será objeto de acompanhamento no próximo exercício o impulsionamento de projeto executivo para construção de passarelas, ciclovia e sinalização do trecho urbano de Macapá, discussões já iniciadas ainda durante 2010, através de reuniões com a Secretaria de Estado de Transportes e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Com a viabilização da via modelo na zona urbana de Macapá, o índice de acidentes no local cairá sensivelmente, eis que atualmente é responsável por grande parte das ocorrências na BR 210, com envolvimento de ciclistas e pedestres, os quais disputam espaço com os veículos por falta de via adequada para trafegarem.

No âmbito administrativo, apesar de muitas melhorias alcançadas no exercício, se faz necessária a contínua capacitação dos servidores para que estejam sempre atualizados e capacitados a realizar de forma eficiente suas tarefas. Além disso, o acompanhamento da saúde do servidor é um projeto que tem sido importante para evitar afastamentos frequentes, bem como para detectar precocemente problemas de saúde mais sérios, possibilitando tratamento, portanto precisa ter continuidade e ocorrer com mais frequência durante o ano.

Na gestão de recursos financeiros a Unidade passou por diversos problemas de falta de pessoal, mas durante todo o período buscou alternativas para minimizar os problemas do Núcleo Administrativo e Financeiro, restando atualmente pequenas demandas pontuais, as quais deverão ser sanadas no decorrer de 2013.

12- ANEXO I - Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

*Eu, **PAULO SERGIO ROCHA DE ANDRADE**, CPF nº 066.730.582-34, Chefe do Núcleo Administrativo e Financeiro, exercido no 4ºDRPRF/AP declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.*

Macapá/AP, 04 de março de 2013.

PAULO SERGIO ROCHA DE ANDRADE)
066.730.582-34
Chefe do NAF/4ºDRPRF/APP

13- ANEXO II - Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
4º DISTRITO REG. DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	200233
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições Contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) 106 - Falta/Evolução incompatível dep. At. Imobilizado; b) 115 - Falta de reav. /redução de ativos permanentes; c) 169 - Convênios a comprovar com data expirada; d) 172 - Convênio a liberar expirados. <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local	Brasília/DF
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES
Data	05 de fevereiro de 2013
CRC nº	DF - 9.261/O-7

José Carlos Gomes
 COORDENADOR DE PROGRAMA
 Contador



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
4º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Núcleo Administrativo e Financeiro

Memorando nº 009/2013-NAF/4ºDRPRF

Macapá, 27 de março de 2013.

Ao Senhor Chefe do 4ºDRPRF/AP

Assunto: **Restrições Contábeis**

Tendo em vista as restrições contábeis constantes da Declaração do Contador, José Carlos Gomes, da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – Coordenação de Contabilidade/MJ, documento emitido em 25/02/2013, presto-lhe os seguintes esclarecimentos:

- a) 106 – FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVO IMOBILIZADO;
- b) 115 – FALTA DE REAV./REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES.

- Quando do levantamento dos bens patrimoniais, iniciado em 2011, calculamos manualmente a depreciação dos bens móveis do 4ºDRPRF e lançamos através de NL no Sistema SIAFI para adequar o patrimônio ao preço de mercado ou reduzi-lo a valor recuperável.

Apropriações feitas, recebemos ligação telefônica do Contador da Coordenação de Contabilidade, Sr. José Carlos Gomes, que solicitou que estornássemos os valores lançados a título de depreciação, tendo em vista que esses cálculos deveriam ser feitos por programas adequados e não manualmente.

- Considerando que o Sistema ASI não realiza esses cálculos, os valores patrimoniais hoje, independente da época de aquisição, continuam com os valores históricos.

- Quanto ao Ativo Imobilizado, a regional, em 22/10/2012, reavaliou o imóvel e o terreno onde está situado a sede do Distrito.

- Quanto à depreciação dos bens imóveis, o SPIUNET também não contabiliza os valores das depreciações.

“O Manual SIAFI - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações (2010, p.11) estabelece que o cálculo da depreciação nos órgãos da Administração pública direta, autarquias e fundações públicas será realizado pelo sistema de controle patrimonial de cada órgão, seguindo as orientações e critérios daquela macrofunção”.

- c) 169 – CONVÊNIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA
- d) 172 – CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS

Os dois códigos referem-se ao Convênio 001/2007 – CIEE, encerrado em 31/12/2011.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
4º DISTRITO REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
Núcleo Administrativo e Financeiro

Tratavam-se de valores liquidados desde 2007 até 2011 onde faltava comprovar a execução e a liberação das importâncias pagas.

Essas restrições foram solucionadas no dia 25/03/2013

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Paulo Sergio Rocha de Andrade', written over a faint circular stamp.

PAULO SERGIO ROCHA DE ANDRADE
Chefe do NAF

ANEXOS: Cópias as NIs 2011NL000054 A 59

```

Terminal 3270 - A - 4079927
Arquivo Editar Exibir Comunicaçao Ajuda
----- SIAFI2011-DOCUMENTO-CONSULTA-CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO) -----
27/03/13 14:28                                USUARIO : ANDRADE
DATA EMISSAO : 03Nov11 VALORIZACAO : 03Nov11 NUMERO : 2011NL000066
UG/GESTAO EMITENTE: 200233 / 00001 - 4.DISTRITO REGIONAL DO DPRF
FAVORECIDO :
TITULO DE CREDITO :                                DATA VENCIMENTO :
INVERTE SALDO : NAO
OBSERVACAO
DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS REFERENTE A ABRIL/2010

EVENTO INSCRICAO 1 INSCRICAO 2 CLASSIF.1 CLASSIF.2 VALOR
540216                                142900000 142120400 384,50
540216                                142900000 142121400 65,70
540216                                142900000 142122400 57,58
540216                                142900000 142123300 3,11

LANCADO POR : 06673058234 - ANDRADE UG : 200233 03Nov11 17.52
PF1-AJUDA PF3-SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

MP a 01/001

```

```

Terminal 3270 - A - 4079927
Arquivo Editar Exibir Comunicaçao Ajuda
----- SIAFI2011-DOCUMENTO-CONSULTA-CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO) -----
27/03/13 14:29                                USUARIO : ANDRADE
DATA EMISSAO : 03Nov11 VALORIZACAO : 03Nov11 NUMERO : 2011NL000067
UG/GESTAO EMITENTE: 200233 / 00001 - 4.DISTRITO REGIONAL DO DPRF
FAVORECIDO :
TITULO DE CREDITO :                                DATA VENCIMENTO :
INVERTE SALDO : NAO
OBSERVACAO
DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS REFERENTE A MAIO/2010

EVENTO INSCRICAO 1 INSCRICAO 2 CLASSIF.1 CLASSIF.2 VALOR
540216                                142900000 142120400 384,50
540216                                142900000 142121400 65,70
540216                                142900000 142122400 57,58
540216                                142900000 142123300 3,11

LANCADO POR : 06673058234 - ANDRADE UG : 200233 03Nov11 17.56
PF1-AJUDA PF3-SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

MP a 01/001

```